

RELATO INTEGRADO (RI) *VERSUS* DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS (DFP): INTEGRAÇÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E NÃO-FINANCEIRAS

Marguit NEUMANN

Universidade Estadual de Maringá
(Brasil)

Nayara Cristina DOS SANTOS

Universidade Estadual de Maringá
(Brasil)

Roberto

RIVELINO MARTINS RIBEIRO

Universidade Estadual de Maringá
(Brasil)

Kerla MATTIELLO

Universidade Estadual de Maringá
(Brasil)

RESUMO:

O objetivo geral consistiu em verificar quais informações financeiras provenientes das DFP podem ser encontradas no RI e de que forma estão sendo evidenciadas junto a informações não-financeiras. A pesquisa enquadra-se como descritiva e explicativa, aplicada, qualitativa, bibliográfica, documental e utilizou-se da técnica de análise de conteúdo. Os resultados indicam que as informações financeiras evidenciadas no RI são, em grande parte, provenientes da sua Demonstração do Resultado Consolidado e estão expostas em forma de gráficos, em conjunto com textos, figuras, gráficos e outros dados não-financeiros, explicando a estratégia da empresa ao longo de três anos revelando que é possível integrar informações financeiras e não-financeiras.

Palavras-chave: Relato Integrado; Demonstrações Financeiras Padronizadas; Informações Financeiras; Informações Não Financeiras.

1 INTRODUÇÃO

Integrar economia, sociedade e meio ambiente é o que resume a ideia de desenvolvimento sustentável. Desde que essa discussão começou a inspirar a estratégia mundial de conservação da natureza, a sustentabilidade ganhou força social, como mostram algumas conferências da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável (Conferência de Estocolmo em 1972, ECO-92 ou Rio-92 em 1992, Rio+10 em 2002, Rio+20 em 2012 e a COP-21 em 2015).

Dentre as conferências destaca-se a RIO+20 (2012) cujo objetivo foi a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável esse objetivo será alcançado “por meio da avaliação do progresso e das lacunas na implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre o assunto e do tratamento de temas novos e emergentes” (RIO+20, 2015, *online*). Por meio da RIO+20, foi elaborado o documento “*The Future We Want*”, no qual reconhece, no parágrafo 47, a importância dos Relatórios de Sustentabilidade

(RS) das empresas e as incentiva a desenvolver modelos de integrar as informações de natureza não financeira com os relatórios contábeis, cria-se, então, um novo conceito de relatório corporativo: o Relato Integrado (RI).

A preocupação com a responsabilidade das empresas com o meio ambiente fez gerar uma discussão em torno da evidenciação das informações não-financeiras, pois existe uma lacuna no que tange à comunicação de questões socioambientais para o mercado financeiro. Atualmente, no Brasil, as Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) obrigatórias evidenciam apenas informações econômico-financeiras. Um relatório que demonstra informações de cunho ambiental é o RS, como o modelo proposto pela *Global Reporting Initiative* (GRI) porém ele não é obrigatório.

Entretanto, existem contradições entre informações apresentadas nas DFPs com aquelas encontradas nos RS, segundo Ribeiro, Van Bellen e Carvalho (2011), por não serem padronizados, os RS podem ser divergentes e conter falhas devido a alguns problemas, como a dificuldade de comparabilidade entre as empresas e falta de profundidade das informações socioambientais, entre outros.

Diante da necessidade de uma evidenciação das informações socioambientais mais adequada, criou-se a proposta do Relato Integrado, que sugere a integração das informações financeiras e não-financeiras, promovendo “uma abordagem mais coesa e eficiente ao processo de elaboração de relatos corporativos, visando melhorar a qualidade da informação disponível aos provedores de capital financeiro” (IIRC 2013, p. 4). Tomando conhecimento disso, tem-se como questão desse estudo: quais informações financeiras provenientes das DFP podem ser encontradas no RI e de que forma estão sendo evidenciadas junto a informações não financeiras?

Para responder ao problema de pesquisa, estabeleceu-se o seguinte objetivo geral: verificar quais informações financeiras provenientes das DFP podem ser encontradas no RI e de que forma estão sendo evidenciadas junto a informações não financeiras. A pesquisa delimita-se em abordar o caso do Itaú Unibanco Holding S.A..

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Evidenciação de informações socioambientais

As empresas divulgam informações socioambientais “como forma de legitimar sua condição perante a sociedade, [...] evidenciando suas ações quanto a aspectos de proteção ambiental e apoio à sociedade” (CORREA, GONÇALVES E MORAES, 2015, p. 142). Nesse sentido, Tinoco e Kraemer (2008, p. 257), reforçam que as empresas adotam relatórios socioambientais “[...] para descrever e divulgar seu desempenho ambiental [...], relativos aos eventos e impactos das atividades da empresa com o meio ambiente”. Para os mesmos autores, esses relatórios compreendem os dados que envolvem “riscos, impactos, políticas, estratégias, alvos, custos, despesas receitas, passivos ou qualquer outra informação relevante de seu desempenho ambiental” (TINOCO E KRAEMER 2008, p. 257).

São várias as razões para as companhias aderirem às diretrizes de relatórios socioambientais, devido a isso, segundo Silva, Gonçalves e Moraes

(2015, p. 101), “existe heterogeneidade de informações nos relatórios sociais sendo que as empresas divulgam as informações que consideram mais relevantes para os usuários”. Para Nossa (2002, p. 86), “geralmente no *disclosure* voluntário é exposto apenas o que a empresa tem de bom”.

As informações socioambientais podem ser publicadas em demonstrações como a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), Balanço Social e em Relatórios de Sustentabilidade. Para desenvolver e difundir diretrizes para a elaboração do RS, foi criado a GRI, que visa ajudar as empresas a informar acerca dos seguintes aspectos relacionados com a sustentabilidade: econômico, ambiental e social.

Visto que não há obrigatoriedade na emissão do RS, as empresas possuem autonomia para apresentar nesses relatórios as informações que julgam relevantes ou que sejam úteis para seus usuários (SILVA, GONÇALVES E MORAES, 2015). Por esta razão, as informações podem ser divergentes das que foram divulgadas nas DFPs. Ribeiro, Van Bellen e Carvalho (2011, p.138) apontam mais alguns motivos que contribuem para esta questão como “falta de uniformidade ou comparabilidade entre as empresas, a ausência de profundidade e objetividade das informações ambientais, a inexistência de uma continuidade de divulgação [...]”. Além disso destacam a constância apenas na divulgação de informações positivas e a falta de credibilidade tendo em vista que não passam por auditoria externa.

Mesmo com a criação da GRI e após a publicação das suas diretrizes, estudiosos desse tipo de relatório, segundo Carvalho e Kassai (2014, p. 26) acreditavam que era necessário “promover uma convergência ainda mais ampla, incluindo também indicadores de natureza social e ambiental”. Dessa forma, abre-se o caminho para o início da discussão do Relato Integrado (RI), que não visa substituir os relatórios que já existem, mas assimilar as informações empresariais de forma harmonizada, sem que haja conflitos entre elas (CARVALHO; KASSAI, 2014).

2.2 DFPs X Relato Integrado

No Brasil, algumas demonstrações financeiras são obrigatórias, conforme rege a Lei 6.404/76, no artigo 176, determina que ao final de cada exercício social, a diretoria deverá elaborar as seguintes demonstrações financeiras: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA), Demonstração do Resultado (DR), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e, no caso de companhias de capital aberto, Demonstração do Valor Adicionado (DVA). O parágrafo quarto desta lei ainda afirma que as demonstrações devem ser acompanhadas por notas explicativas ou outros quadros analíticos que possam auxiliar na compreensão da situação patrimonial ou dos resultados do exercício (BRASIL, 1976).

As DFPs exigidas pela legislação destinam-se a um amplo e variado grupo de usuários, tanto internos quanto externos. O objetivo das DFPs, de acordo com o item 9 do CPC 26 (R1) (2011), é “proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade”. Ainda neste item, ressalta que a informação deve ser “útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas” (CPC, 2011, item 9).

Conforme exposto, aumenta a preocupação socioambiental nas entidades. De acordo com Vieira e Gonçalves (2014, p. 5) “as organizações reguladoras, vem adaptando as demonstrações contábeis e os relatórios financeiros para expor as informações de forma mais clara e eficiente possível aos *stakeholders*”. Apesar disso, “os critérios de reconhecimento contábil praticados não são suficientes para evidenciar com a clareza necessária as informações de natureza socioambiental exigidas pelos *stakeholders*” (VIEIRA E GONÇALVES 2014, p. 5).

Em seus RS, geralmente, quando informações detalhadas podem ser desfavoráveis ou comprometer a reputação das empresas, elas publicam informações superficiais ou que atendam a usuários específicos, principalmente, àqueles ligados ao mercado financeiro, considerando suas expectativas e garantindo sua permanência no mercado (CORREA, GONÇALVES E MORAES, 2015).

O RI foi criado com a proposta de unir informações financeiras e não-financeiras, visando reduzir as divergências entre os RS e as DFPs publicadas e esse novo padrão de comunicação corporativa envolve mudança na cultura da empresa (CARVALHO E KASSAI, 2014). Além disso, o RI deve “incluir uma visão concisa sobre como a estratégia, a governança, o desempenho, o seu ambiente externo e a postura diante das externalidades contribuem para a redução de riscos e o aumento do valor da empresa” (CARVALHO E KASSAI 2014, p. 31).

O foco de abrangência do RI concentra-se em seis capitais, a saber: capital financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social e de relacionamento e natura. Carvalho e Kassai (2014) ressaltam que os seis tipos de capitais devem estar interligados entre si pois são “fatores de valor que aumentam, diminuem ou se transformam por meio das atividades e produtos da organização” (IIRC 2013, p. 4).

O RI não tem uma obrigação de atender a indicadores de desempenho específicos, métodos e mensurações, porém é necessário seguir uma estrutura básica, baseada em princípios, na qual permite que haja um grau suficiente de comparabilidade entre outras empresas, isso inclui um pequeno número de condições a serem desenvolvidas. Para tanto, é necessário bom senso da parte dos responsáveis pela apresentação e organização do Relato (IIRC, 2013).

Nesse sentido, o IIRC desenvolveu uma Estrutura Básica, elencando sete Princípios básicos (Foco estratégico e orientação para o futuro, Conectividade da informação, Relações com partes interessadas, Materialidade, Concisão, Confiabilidade e completude e Coerência e comparabilidade) e oito Elementos de conteúdo (Visão geral organizacional e ambiente externo, Governança, Modelo de negócios, Riscos e oportunidades, Estratégia e alocação de recursos, Desempenho, Perspectivas e Base de preparação e apresentação) (IIRC, 2013).

Segundo IIRC (2013, p. 16), enquanto os Princípios básicos “sustentam a preparação e apresentação de um relatório integrado, informam o conteúdo do relatório e a maneira pela qual a informação é apresentada”, os Elementos de conteúdo são “fundamentalmente vinculados uns aos outros e não são mutuamente excludentes [...]. Pelo contrário, a informação em um relatório integrado é apresentada de modo a tornar aparentes as conexões entre os Elementos de Conteúdo” (IIRC 2013, p. 24).

Portanto, o RI apresenta-se como um novo padrão de reportar as informações corporativas das organizações o que não representa que as demonstrações já existentes sejam substituídas, conforme afirmam Carvalho e Kassai (2014, p. 28) “não se pretende substituir os vários relatórios atuais, mas sim alinhá-los em termos de uma informação empresarial harmonizada, sem mensagens conflitantes entre eles”. Da mesma forma que não significa uma junção dos relatórios existentes (CARVALHO E KASSAI, 2014). Deste modo, o RI deve conter o pensamento integrado da organização e a sua capacidade de gerar valor ao longo do tempo (IIRC, 2013), tanto em termos econômicos quanto sociais e ambientais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto ao objetivo o estudo classifica-se como descritiva e explicativa. As pesquisas descritivas têm o objetivo de descrever as características de uma população ou de um fenômeno, propondo relações entre as variáveis. Já as pesquisas explicativas, visam “identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (GIL 2002, p. 42). Desta forma, a pesquisa enquadra-se como descritiva-explicativa, tendo em vista que o objetivo consiste em descrever quais informações financeiras provenientes das DFPs podem ser encontradas no RI e como estão sendo evidenciadas junto a informações não financeiras.

Já com relação à natureza do problema a pesquisa enquadra-se como aplicada pois “tem como característica fundamental o interesse na aplicação, utilização e consequência práticas dos conhecimentos” (GIL, 2012, p. 27). Sendo assim, a pesquisa teve o intuito de verificar quais informações financeiras provenientes das DFPs podem ser encontradas no RI e como estão sendo evidenciadas junto a informações não financeiras.

Quanto à forma de abordagem do problema, o estudo pode ser classificado como qualitativo, pois de acordo com Beuren (2010, p. 92) “na pesquisa qualitativa, concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado”. O presente estudo, buscou investigar quais informações financeiras provenientes das DFPs podem ser encontradas no RI e como estão sendo evidenciadas junto a informações não financeiras.

Quanto aos procedimentos técnicos, classifica-se como bibliográfica, documental e estudo de caso. Bibliográfica, pois foi desenvolvida baseada em material já existente. Para Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 60) em uma pesquisa bibliográfica “busca-se conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado sobre determinado assunto, tema ou problema”.

A pesquisa também pode ser considerada como documental, porque utiliza-se de relatórios emitidos pelas empresas. Conforme Lakatos e Marconi (2010, p. 157), “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”.

Estudo de caso, segundo Gil (2002, p. 54), “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados”. Assim sendo, abordou com exaustividade as DFPs e o RI do Itaú Unibanco. Para análise dos resultados utilizou-se a técnica

de análise de conteúdo que é um método comumente aplicado em pesquisas qualitativas. Segundo Bardin (2011), a análise de conteúdo organiza-se em três etapas: pré-análise, análise do material e tratamentos dos resultados, a inferência e a interpretação.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para melhor compreensão dos resultados os mesmos estão estruturados em duas subseções: a primeira apresenta os dados observados durante o estudo, ou seja, quais informações foram divulgadas no RI do Itaú Unibanco que tem origem em suas demonstrações financeiras e de que forma elas estão publicadas. E a segunda subseção aponta as análises dos resultados.

4.1 DFP e ri do itaú unibanco

O Itaú Unibanco é uma instituição financeira que resulta da fusão entre outras duas empresas: Itaú e Unibanco. Apesar da fusão ter acontecido em 2008, a instituição comemorou, 90 anos de trajetória em 2014 (ITAÚ, 2014c). O Itaú Unibanco possui uma política de sustentabilidade, que está direcionada em três focos estratégicos: Educação Financeira, Riscos e Oportunidades Socioambientais e Diálogo e Transparência. Esses eixos foram definidos por meio da sua visão, das políticas corporativas, de pesquisas para compreender as expectativas dos *stakeholders*, entre outros (ITAÚ UNIBANCO 2016, *online*).

O Itaú Unibanco integra desde 2013 o grupo do projeto piloto na elaboração do RI e participa desde 2012 do Grupo de Trabalho (GT) das empresas pioneiras da Comissão Brasileira de Acompanhamento do Relato Integrado (CBARI), contribuindo para a evolução do tema no Brasil (ITAÚ UNIBANCO, 2014b). Para realização da pesquisa, utilizaram-se as DFPs e o Relato Integrado, ambos disponibilizados no *site* da empresa e referentes ao ano de 2014. Para tanto, as DFPs estão publicadas no que o Itaú Unibanco chama de “Demonstrações Contábeis Completas em IRFS”, contendo 184 páginas, elaboradas de acordo com as práticas contábeis internacionais (IFRS) (ITAÚ UNIBANCO, 2014c).

Já o RI é composto por 36 páginas e está estruturado em torno dos seis tipos de capitais propostos pelo *Framework 1.0* do IIRC, além das informações sobre contexto global e nacional do setor econômico; mensagem do presidente do conselho de administração e do diretor presidente; destaques dos negócios da empresa em 2014. Destaca-se que o RI exhibe uma linha do tempo desde a criação das empresas Itaú e Unibanco, passando pela fusão das duas, em 2008, e as principais aquisições e associações realizadas até 2014. São descritas a visão, a estratégia, as políticas de sustentabilidade, os prêmios; entre outros.

Ao analisar o RI, logo nas primeiras páginas encontram-se informações provenientes das DFPs, quando, na mensagem dos presidentes foi exposto que “em 2014 o valor distribuído atingiu R\$52.158 milhões, um aumento de 23,7% em relação ao ano anterior” (ITAÚ UNIBANCO 2014b, p. 3). Esta informação original está na DVA.

Na página 5 do RI estão os destaques da instituição do ano de 2014. Entre dados sobre eventos societários, parcerias, associações, estão evidenciados (em forma de gráficos) os valores totais do Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido

(provenientes do BP) e também os Resultados (valores retirados da DR) dos anos de 2012, 2013 e 2014, conforme Figura 1.

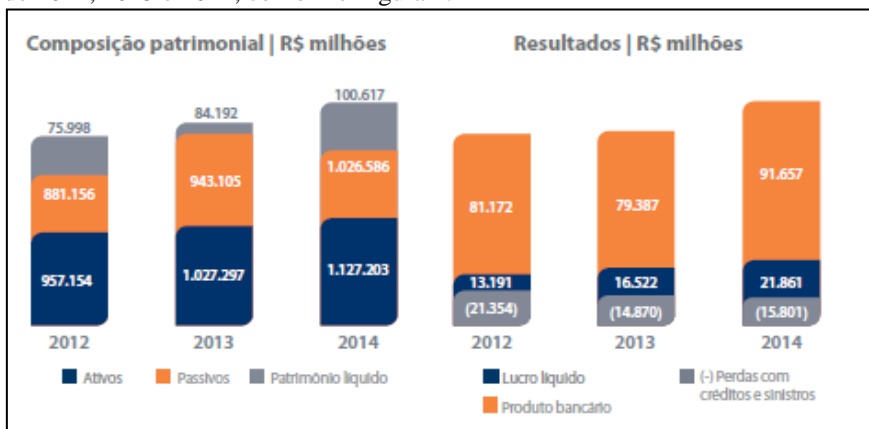


Figura 1: Composição Patrimonial e Resultados – Itaú Unibanco
 Fonte: Itaú Unibanco (2014b, p. 5).

Embora presente no RI o gráfico da composição patrimonial de 2012 (Figura 1), no relatório das Demonstrações Contábeis Completas em IFRS estão evidenciados apenas os BP dos anos de 2013 e 2014. A Lei 6.404/76, no parágrafo primeiro determina que “as demonstrações de cada exercício serão publicadas com a indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior” (BRASIL, 1976). Apresentando os valores de 2012, o Itaú Unibanco permite que os *stakeholders* tenham maior visibilidade da evolução da empresa durante esses três anos, assimilando as informações empresariais de forma harmonizada, conforme sugere Kassai, 2014.

Para tanto, sobre a composição patrimonial e os resultados o Itaú Unibanco une informações essenciais provenientes das DFPs com explicações do Presidente do Conselho de Administração e do Diretor Presidente para demonstrar como gerou valor ao longo do tempo. Outra informação não financeira que corrobora os resultados financeiros apresentados pode ser encontrada na seção destaques ao evidenciar que o Itaú Unibanco antecipou o cenário econômico atual há aproximadamente três anos e atuou na redução dos riscos de créditos e na redução dos custos para alcançar a eficiência e a diversificação das receitas (ITAÚ UNIBANCO, 2014b, p. 5).

O Itaú Unibanco apresenta na seção Destaques os gráficos dos indicadores do desempenho dos anos de 2012, 2013 e 2014 (Figura 2).

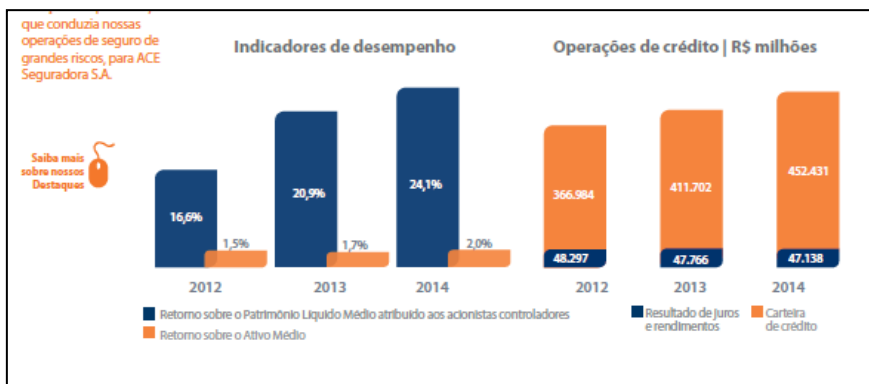


Figura 2: Indicadores de desempenho - Itaú Unibanco
 Fonte: Itaú Unibanco (2014b, p. 5).

No decorrer do relato, há vários *links* denominados “saiba mais” que direcionam para a fonte da informação do que está exposto. Neste caso, a explicação desses números está no Relatório Anual da empresa, no qual apresenta as seguintes bases de cálculo: Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio atribuído aos acionistas controladores: lucro líquido atribuível aos proprietários da controladora dividido pelo patrimônio líquido médio; Retorno sobre o Ativo Médio: lucro líquido atribuível aos controladores dividido pela média do total dos ativos E Margem financeira: receita líquida de juros dividida pela média dos ativos remunerados.

Ainda na seção dos Destaques, o Itaú Unibanco ressalta que o Lucro por ação no ano de 2014 foi de R\$ 3,94. Este valor pode ser encontrado na DR e na Nota Explicativa 28, a qual apresenta uma tabela e o demonstrativo do cálculo feito para chegar nesse montante.

Na mesma página são apresentados gráficos das receitas obtidas pelos serviços, seguros, previdência e capitalização, conforme pode ser observado na Figura 3. Podemos encontrar esses números na DR, como parte da receita do Itaú Unibanco nos anos de 2012, 2013 e 2014.



Figura 3: Receitas de serviços, seguros, previdência e capitalização - Itaú Unibanco
 Fonte: Itaú Unibanco (2014b, p. 5).

Na seção Modelo de Negócios, na página 15 do RI, além de evidenciar algumas informações sobre suas estratégias, alocação de recursos, riscos e oportunidades e *performance*, a instituição aponta novamente o valor adicionado distribuído em 2014, que atingiu R\$52.158 milhões, que conforme já exposto, foi retirado da DVA. Conforme Figura 4, em meio a explicações sobre a finalidade de um banco, apresenta também o Lucro Líquido em 2014: R\$21.861 milhões – número evidenciado na DR.



Figura 4: Evidenciação do Lucro Líquido em 2014 - Itaú Unibanco
Fonte: Itaú Unibanco (2014b, p. 15).

Ao tratar do Capital Financeiro, o Itaú Unibanco apresenta um gráfico demonstrando a estimativa de crédito de liquidação duvidosa, conforme observado na Figura 5. Esta operação está contabilizada no Ativo sendo complementada pela nota explicativa 12. Nesta nota explicativa a composição dos saldos de operação de crédito e arrendamento mercantil financeiro está exposta em tabela e dividida por tipo, setor do devedor, vencimento e concentração.

O Itaú ressalta que a Estimativa de Crédito para Liquidação Duvidosa é “[...] reconhecida para cobrir perdas prováveis, inerentes à carteira na data do balanço patrimonial” (ITAÚ UNIBANCO 2014b, p. 17). A decisão de provisionar esses valores fundamenta-se em julgamentos e premissas, como por exemplo, as condições econômicas atuais, experiências anteriores, avaliação de risco de crédito e composição da carteira de crédito (ITAÚ UNIBANCO, 2014b).

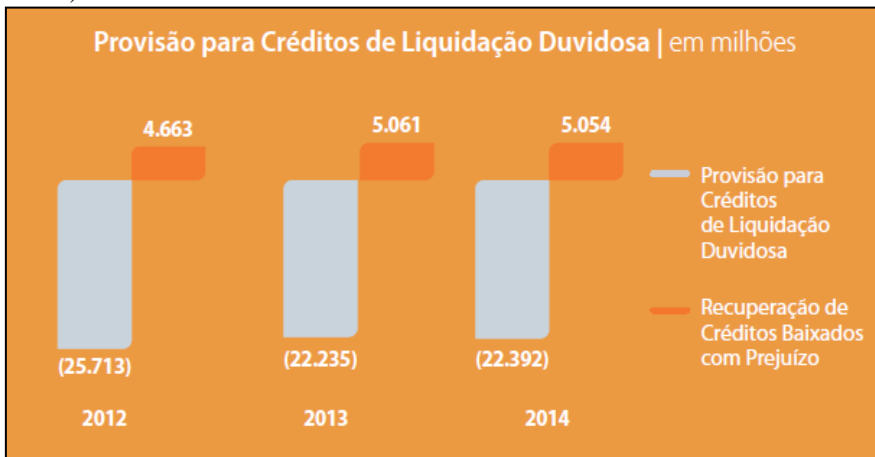


Figura 5: Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Itaú Unibanco
Fonte: Itaú Unibanco (2014b, p. 17).

Ainda na seção do Capital Financeiro, o Itaú Unibanco demonstra que, em 2014, as receitas de prestação de serviços alcançaram o total de R\$26.342 milhões, aumento de 16% em relação ao período anterior. Este total é possível ser verificado na DR da empresa, que além de apresentar os valores de 2014 e 2013, ainda demonstra os de 2012, ou seja, é possível fazer comparações de três anos e acompanhar o desempenho da empresa nesse período. Tal fato está relacionado à antecipação do cenário econômico realizado há aproximadamente 3 anos e foi considerada “[...] uma estratégia vencedora que beneficiou nossos resultados nos últimos anos” (ITAÚ UNIBANCO 2014b, p. 5).

A partir da página 27, inicia a apresentação do Capital Humano. Na página seguinte encontram-se os seguintes gráficos (Figura 6):

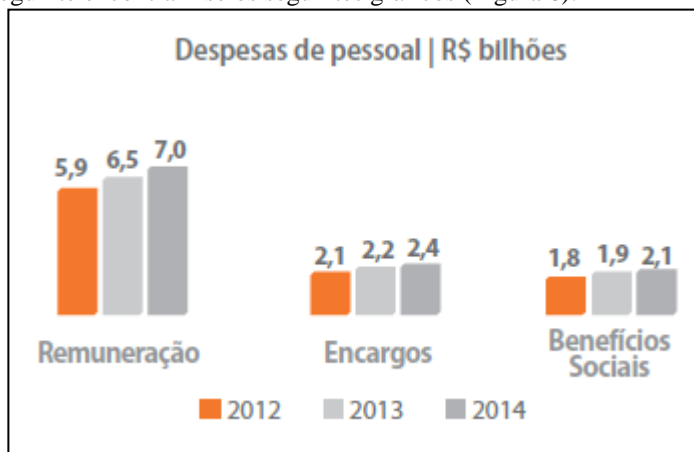


Figura 6: Despesas de pessoal - Itaú Unibanco
 Fonte: Itaú Unibanco (2014b, p. 28).

Os gráficos apresentados na Figura 6 representam as despesas com pessoal. Esses valores vieram da DR, e estão inclusos nas Despesas Gerais e Administrativas, cuja composição está demonstrada na Nota Explicativa 26: Despesas Gerais e Administrativas. Também foram apresentados os números referentes às participações dos empregados nos lucros dos anos de 2012, 2013 e 2014, conforme Figura 7. Esses valores também estão evidenciados na Nota Explicativa 26.



Figura 7: Participação de empregados nos lucros – Itaú Unibanco
 Fonte: Itaú Unibanco (2014b, p. 28).

O Itaú Unibanco evidencia tais informações financeiras provenientes das DFPs com dados não financeiros ao explicitar a forma de remuneração fixa e variável dos seus colaboradores. Para tanto afirma que “[...] Os colaboradores podem ter sua remuneração fixa alterada de acordo com a nossa política de promoção e mérito, que leva em consideração o desempenho consistente do indivíduo no exercício de suas responsabilidades” (ITAÚ UNIBANCO 2014b, p. 28).

Ao se reportar a remuneração variável percebe-se a preocupação com a sustentabilidade ao longo do tempo como proposto pelo IIRC (2013) ao destacar que [...] “reconhece o nível de desempenho individual, o resultado financeiro atingido pelo banco e sua sustentabilidade no curto, médio e longo prazo” (ITAÚ UNIBANCO 2014b, p. 28). Além disso, apresenta que os principais programas remuneração variáveis são: Participação nos Lucros e Resultados (PLR); Participação nos Resultados (PR); Programa de Participação Complementar nos Resultados (PCR); Programa de Remuneração de Alto Desempenho (PRADE); e *Performance Diferenciada* (PD).

Após apresentados as informações financeiras oriundas das DFPs e evidenciadas no RI juntamente com informações não financeiras pelo Itaú Unibanco a próxima subseção visa discutir tais resultados.

4.2 Análise dos resultados

A partir dos resultados encontrados foi possível elaborar o Quadro 1, que responde ao objetivo da pesquisa.

Informação das DFPs	Origem da informação	Forma de evidenciação no RI e interação com informações não financeiras
Valor adicionado total distribuir	Demonstração Consolidada do Valor Adicionado	Mensagem do presidente, junto com a evolução do processo de geração de valor (p. 3). Destaque para informações sobre as estratégias, alocação de recursos, riscos e oportunidades e performance da instituição.
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	Ativo (Balanço Patrimonial Consolidado) e Nota explicativa 12	Gráfico com informações sobre crédito e inadimplência, operações de créditos e queda do índice de inadimplência da empresa.
Composição patrimonial (Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido)	Balanço Patrimonial Consolidado	Gráficos com informações relativas a 3 anos na seção destaques do RI. Apresenta fatores que levaram a obtenção do resultado positivo no atual cenário econômico. Apresenta informações sobre negociações de suas ações, eventos societários e parcerias.
Lucro líquido, Produto bancário e Perdas com créditos	Demonstração Consolidada do Resultado	Informações detalhadas são apresentadas no link “saiba mais” que direciona o usuário para a fonte da

sinistros		informação.
Indicadores de desempenho	Calculados a partir da Demonstração Consolidada do Resultado e do Balanço Patrimonial Consolidado	
Lucro por ação	Demonstração Consolidada do Resultado e Nota explicativa 28	
Margem financeira	Calculada a partir da Demonstração Consolidada do Resultado	
Receita de serviços, seguros, previdência e capitalização	Demonstração Consolidada do Resultado	
Receita de prestação de serviços	Demonstração Consolidada do Resultado	Destacado junto a informações que contribuíram para o aumento da receita no período: Gestão de ativos; Serviços de Custodia e escrituração; Consórcios; Seguros e outros.
Lucro líquido	Demonstração Consolidada do Resultado	Destacado com informações sobre os segmentos da instituição: banco comercial (varejo); banco de atacado; crédito ao consumidor (varejo); e mercado e corporações.
Despesa de pessoal	Demonstração Consolidada do Resultado e Nota explicativa 26	Gráficos individuais em meio a outras informações sobre remuneração fixa e variável de pessoal. Além dos benefícios disponibilizados pela empresa e remuneração dos administradores.
Participação de empregados nos lucros		

Quadro 1: Informações provenientes das DFPs evidenciadas no RI do Itaú Unibanco 2014.

Fonte: a pesquisa (2016)

A partir do Quadro 1, depreende-se que grande parte das informações financeiras apresentadas no RI do Itaú Unibanco são provenientes da sua DR. Quanto à forma de evidenciar tais informações prevalece a inserção de gráficos com dados relativos aos três últimos anos. Tais informações são complementadas por explicações claras e objetivas, atendendo aos Princípios Básicos propostos pelo IIRC (2013), que deve preparar e apresentar o relato integrado de modo que informe o conteúdo e a maneira que a informação é apresentada.

Diversas informações são complementadas no decorrer do RI por vários *links (site webs)* denominados “saiba mais”, que direcionam o usuário da

informação para o Relatório Anual da instituição, para as DFPs e para o IIRC. Em especial, chama-se atenção aos *links* que direcionam para o Relatório Anual tendo em vista que levam exatamente ao ponto relativo às informações presentes no RI. Tal prática denota que existe um esforço por parte do Itaú Unibanco em efetivamente estabelecer integração entre informações financeiras e não financeiras como preconizado pelo Framework 1.0 (IIRC, 2013).

Além disso, pode-se verificar que o RI analisado expõe informações acerca do que sugerem Carvalho e Kassai (2014, p. 31) “incluir uma visão concisa sobre como a estratégia, a governança, o desempenho, o seu ambiente externo e a postura diante das externalidades contribuem para a redução de riscos e o aumento do valor da empresa”. Percebeu que a linguagem utilizada não é de termos técnicos, o que favorece a compreensão dos diferentes usuários da informação.

A partir dos resultados alcançados destaca-se ainda que, como o RI representa uma prática voluntária de divulgação, pode-se inferir que o esforço realizado pelo Itaú Unibanco remete ao que afirma Correa, Gonçalves e Moraes (2015) ao afirmarem que a prática de divulgação de informações socioambientais é uma forma das empresas legitimarem suas ações perante a sociedade. A divulgação voluntária traz inúmeras informações que envolvem riscos, impactos, políticas, estratégias, entre outros (TINOCO E KRAEMER 2008), e que não são observáveis nas DFPs como destacado por Vieira e Gonçalves (2014, p. 5) afirmando que “os critérios de reconhecimento contábil praticados não são suficientes para evidenciar com a clareza necessária as informações de natureza socioambiental exigidas pelos *stakeholders*”.

Por fim a pesquisa corrobora com ao RI Carvalho e Kassai (2014) tendo em vista que o RI não visa substituir as DFPs de elaboração e divulgação compulsória, mas sim configura-se numa forma de reportar informações corporativas.

5. CONCLUSÃO

A partir da preocupação da sociedade em relação aos danos ambientais causados pelas empresas, estas buscam legitimar-se perante esses fatos, evidenciando informações socioambientais em seus relatórios de sustentabilidade. Decorrente disso foi proposto o Relato Integrado, uma nova concepção de evidenciar tais informações de cunho não financeiro juntamente com informações financeiras provenientes dos relatórios contábeis. Diante disso, o presente estudo buscou verificar quais informações financeiras provenientes das DFP podem ser encontradas no RI e de que forma estão sendo evidenciadas junto a informações não financeiras.

O estudo revelou que as informações provenientes das DFPs são: Valor adicionado total a distribuir, Composição patrimonial (Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido), Lucro líquido, Produto bancário e Perdas com créditos e sinistros, Indicadores de desempenho, Margem financeira, Receita de prestação de serviços, Lucro por ação, Lucro líquido, Provisão para crédito de liquidação duvidosa, Despesa de pessoal e Participação de empregados nos lucros.

Quando a forma de evidenciar tais informações junto às informações não financeiras destaca-se inicialmente que o Relato Integrado do Itaú Unibanco tem uma linguagem acessível e um *layout* esclarecedor, poucas vezes foi

necessário buscar explicações em outros relatórios. O estudo revelou que é possível integrar informações financeiras e informações não-financeiras. Os resultados alcançados neste estudo indicam que há informações no RI oriundas das DFPs e que elas estão evidenciadas em conjunto com textos, figuras, gráficos e outros dados não-financeiros da instituição explicando a estratégia da empresa ao longo de três anos.

Quanto às limitações apresentadas no decorrer da pesquisa, vale ressaltar que foi o primeiro estudo científico da acadêmica. Além disso, destaca-se o fato de ter analisado apenas uma empresa e em somente um período, por isso não pode generalizar-se os resultados obtidos.

O Relato Integrado não segue um padrão de normas, o IIRC estabeleceu uma estrutura para que haja poder de comparabilidade entre os RI anteriores da empresa e entre outras empresas, por isso, informações evidenciadas no RI do Itaú Unibanco de 2014, não necessariamente estão apresentadas nos Relatos Integrados de outras empresas, portanto, sugere-se para estudos futuros comparar o Relato de outras instituições ou da mesma instituição, mas comparando competências diferentes para verificar a evolução na apresentação do Relato Integrado. Além disso sugere-se que a ampliação dos estudos seja amparada por teorias que possam ajudar a explicar o comportamento das empresas quanto ao *disclosure* voluntário, o que não foi objeto da presente pesquisa e constitui-se numa limitação da mesma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. ed. São Paulo: Almedina Brasil, 2012.

BEUREN, Ilse Maria; et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre a sociedade por ações. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16404compilada.htm>. Acesso em 24 jan. 2016.

CARVALHO, Nelson; KASSAI, José Roberto. Relato Integrado: A Nova Revolução Contábil. **Revista Fipecafi**, São Paulo, v. 1, p. 21 – 34, 2014. Disponível em: <http://www.erudito.fea.usp.br/portalfea/Repositorio/3581/Documentos/artigo%20ReLato%20Integrado%20-%20Revista_FIPECAFI_Vol1%20AGO2014.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2015.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COMISSÃO BRASILEIRA DE ACOMPANHAMENTO DO RELATO INTEGRADO. **GT de Empresas Pioneiras em Relatórios de Sustentabilidade: Construindo Pontes: Comunicando o Business Case de Sustentabilidade para o Mercado Financeiro**, 2014. Disponível em:

<[http://www.erudito.fea.usp.br/portalfa/Repositorio/3581/Documentos/Paper%20GT%20Empresas%20Pioneiras%20II%20vF%202%20\(corrigido%20pg32\).pdf](http://www.erudito.fea.usp.br/portalfa/Repositorio/3581/Documentos/Paper%20GT%20Empresas%20Pioneiras%20II%20vF%202%20(corrigido%20pg32).pdf)>. Acesso em: 17 abr. 2015.

COMITÊ NACIONAL DE ORGANIZAÇÃO RIO+20. **Sobre a Rio+20**, 2011. Disponível em: <http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html>. Acesso em: 08 abr. 2015.

CORREA, Juliane Campoe; GONÇALVES, Marguit Neumann; MORAES, Romildo de Oliveira. *Disclosure Ambiental das Companhias do Setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis Listadas na BM&FBOVESPA: Uma Análise à Luz da Teoria da Legitimidade*. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade –GeAS**. São Paulo, v. 4, n. 3, p. 139 – 154, 2015. Disponível em < <http://www.revistageas.org.br/ojs/index.php/geas/article/view/254/pdf>>. Acesso em: 08 Jan. 2016.

COSTA, Carlos Alexandre Gehm da. **Contabilidade ambiental: mensuração, evidenciação e transparência**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1)**, de 02 de dezembro de 2011. Apresentação das Demonstrações Contábeis. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2008.pdf>Acesso em: 24 jan. 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL (IIRC). **A estrutura internacional para relato integrado**. 2013. Disponível em: <<http://www.theiirc.org/wp-content/uploads/2014/04/13-12-08-THE-INTERNATIONAL-IR-FRAMEWORK-Portugese-final-1.pdf>>. Acesso em 15 jan. 2016.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.. **Demonstrações Contábeis Completas em IFRS**. 2014a. Disponível em: <https://www.itau.com.br/_arquivosstaticos/RI/pdf/pt/IFRS31122014.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2016

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.. **Relato Integrado**. 2014b. Disponível em: <https://www.itau.com.br/_arquivosstaticos/RI/pdf/pt/Relato_Integrado_2014.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2016.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.. **Relatório Anual Consolidado**. 2014c. Disponível em:

<https://www.itau.com.br/_arquivosstaticos/RI/pdf/2014RAO_port.pdf>.
Acesso em: 28 jan. 2016

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NOSSA, Valcemiro. **Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional**. 2002. 246 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-21122005-101506/pt-br.php>>. Acesso em 19 jan de 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **A ONU e o Meio Ambiente**, 2014. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>>. Acesso em: 08 abr. 2015.

RIBEIRO, Alex Mussoi; VAN BELLEN, Hans Michael; CARVALHO, Luiz Nelson Guedes de. Regulamentar faz diferença? O caso da evidenciação ambiental. **Revista Contabilidade e Finanças**. São Paulo, v. 22, n. 56, p. 137 – 154, 2011. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v22n56/v22n56a02.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2016.

RUSCHEINSKY, Aloísio. **Sustentabilidade: uma paixão em movimento**. 1. ed. Porto Alegre: Sulina, 2004.

SILVA, Gabriela Dias da; GONÇALVES, Marguit Neumann; MORAES, Romildo de Oliveira. *Global Reporting Initiative (GRI): uma análise da adesão às diretrizes pelas empresas listadas no novo mercado sob a perspectiva das teorias institucional e da legitimidade*. **Sinergia. Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (ICEAC)**. Rio Grande, v. 19, n. 2, p. 91 – 103, 2015. Disponível em <<http://www.seer.furg.br/sinergia/article/view/4919/3490>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

VIEIRA, Luana Batista; GONÇALVES, Marguit Neumann. Aderência as diretrizes da versão G4 (GRI) e sua integração com as Demonstrações Financeiras Padronizadas: o caso da Companhia Natura. **Revista de Contabilidade Dom Alberto**. Santa Cruz do Sul, v. 1, n. 5, p. 1 – 20, 2014. Disponível em <http://api.ning.com/files/NpAlVAvTs3N*b*XywZaBFMp-U6arlSaCeeE4-uIw23t*uiXdfWBC0FjoWj*baWHycrqU-IEuGY11xxDnlfR9qU8O8uSUZmq2/Artigo01.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2016.